

EDITAL Nº 35/2021, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021

"TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2021 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE RESTAURO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM CASA HISTÓRICA REPRESENTATIVA DO GÊNERO ENXAIMEL, DENOMINADA SALÃO HOLLER, NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS.

MARTIN CESAR KALKMANN, Prefeito Municipal de Ivoti, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **quatorze horas do dia 24 de fevereiro de 2021**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, se reunirá a Comissão de Licitação, com a finalidade de receber propostas para a presente Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para a contratação de empresa especializada para execução da 1ª Etapa de restauro, com fornecimento de material e mão de obra, em casa histórica representativa do gênero enxaimel, denominada Salão Holler, localizada na Av. Presidente Lucena, nº 3230, Bairro Centro, no Município de Ivoti/RS.

Faz parte integrante deste edital, como se nele estivesse inserido: a Minuta do Contrato, constante do Anexo I; Termo de Referência, constante do Anexo II, Memorial Descritivo, constante do Anexo III; Planilha de Quantitativos, constante do Anexo IV, Cronograma Físico-Financeiro, constante do Anexo V e projetos constantes do Anexo VI.

As cópias do Edital e anexos estão a disposição dos interessados na sede do Município.

1 - DO OBJETO

A presente Licitação visa receber propostas para contratação de empresa especializada para execução da 1ª Etapa de restauro, com fornecimento de material e mão de obra, em casa histórica representativa do gênero enxaimel, denominada Salão Holler, localizada na Av. Presidente Lucena, nº 3230, Bairro Centro, no Município de Ivoti/RS, conforme Planilha de Quantitativos, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e projetos.

2 - DA HABILITAÇÃO

Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia **19 de fevereiro de 2021**, os seguintes documentos:

2.1 - Habilitação Jurídica:

- a)** Registro comercial no caso de empresa individual;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, no caso de sociedade por ações.

2.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade;

c) Certidões Negativas que comprovem a regularidade perante a: Fazenda Federal, Seguridade Social (INSS), e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União;

d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho.

g) declaração da empresa licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (União, Estados e Municípios).

2.3 - Qualificação Técnica:

a) Registro ou Inscrição na entidade Profissional Competente CREA e/ou (CAU) da empresa e dos responsáveis técnicos.

b) Um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que comprovem que o profissional já executou, de modo satisfatório, obra de restauro, devendo para tanto, apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT).

c) O profissional detentor da(s) CAT(s) exigidas deverá possuir seu vínculo com a licitante, na data prevista para entrega dos documentos de cadastro, em uma das seguintes situações, comprovada pela juntada de cópia autenticada de um dos seguintes documentos:

c1) Na hipótese de fazer parte do quadro permanente da licitante: ficha de registro de empregados ou registro em carteira profissional;

c2) Em caso de ser profissional autônomo contratado pela empresa: contrato correspondente.

c3) Em caso de ser proprietário ou sócio ou administrador da empresa: ato constitutivo ou documento de deliberação dos sócios onde constem as funções e os limites dos poderes do administrador.

2.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.4.1 - Balanço Patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

2.4.1.1- Obs. Em relação à expressão “já exigível” exposta no item “2.4.1”, tem-se que **até o dia 30 de abril**: todas as empresas poderão apresentar o balanço do penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal no Brasil. **Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de maio**: 1. As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente e assinado pelo responsável técnico e diretor da empresa, com a apresentação do Termo de abertura e Encerramento do Livro Diário 2. As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se o mesmo já foi encaminhado para a Receita Federal, ou do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove eu a empresa adota a ECD. **Após o último dia útil de maio**: todas as empresas deverão apresentar balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal mediante SPED (Serviço Público de Escrituração Contábil Digital – ECD).

2.4.1.2- Visando dar maior confiabilidade à análise econômico-financeira, os prazos referidos no item 2.4.1.1 não se aplicam para as empresas constituídas há menos de um ano em exercício diverso ao do processo licitatório, sendo exigível, nesse caso, balanço do exercício imediatamente anterior independentemente da data, devendo ser integralmente observado o que dispõe o item 2.4.4.

2.4.2. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

2.4.3 - Para comprovação da boa situação financeira da empresa, o Licitante deverá apresentar Planilha, através da qual serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

Índice de Liquidez Geral (LG)

Índice de Liquidez Corrente - (LC)

Índice de Solvência Geral - (SG)

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$SG = \frac{A \text{ TOTAL}}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

AC = Ativo Circulante.

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante.

ELP = Exigível a Longo Prazo

A TOTAL = *Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.*

2.4.4. Será permitido, de forma excepcional, apresentação de Balanço Patrimonial de Abertura às empresas constituídas no curso do próprio exercício do processo licitatório. A exceção não se aplica a empresas constituídas em exercício diverso, mesmo que constituídas há menos de um ano, devendo nesse caso apresentar balanço de encerramento do último exercício.

2.4.5. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a sessenta (60) dias, contados da data do cadastro, caso não tenha validade expressa no documento.

2.5 - Cumprimento do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, por meio de declaração da proponente de que não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

2.6 - Todos os documentos constantes dos itens 2.1 a 2.5, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

2.7 - Os licitantes devidamente cadastrados deverão revalidar até o dia **19 de fevereiro de 2021**, os documentos porventura vencidos constantes do cadastro.

3 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas serão recebidas pela comissão de licitação no dia, local e horário mencionados no preâmbulo, em uma via **datilografada ou digitada**, assinada em sua última folha e rubricada pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, contendo, na sua parte externa fronteira as seguintes inscrições:

AO
MUNICÍPIO DE IVOTI
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2021
ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (nome completo da empresa)

AO
MUNICÍPIO DE IVOTI
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2021
ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA
PROPONENTE: (nome completo da empresa)

3.1 - O envelope nº 1 deverá conter:

- Município;
- a) Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo
 - b) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e FGTS;
 - c) Declaração do proponente de que está ciente e concorda com os termos do Edital;
 - d) **Atestado de visita ao local da obra, fornecido pelo Município. As visitas técnicas são individuais e deverão ocorrer em até três dias úteis anteriores a data da licitação e cada proponente deverá agendar sua visita antecipadamente junto ao Departamento de Planejamento Urbano através do telefone 51-3563.6788, com a responsável, Arquiteta Sra. Carolina Barlem Gemelli – CAU 33.767-6.**

3.2 - A pessoa jurídica que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.1 a 5.4 deste edital, deverão apresentar, no envelope de habilitação, Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa conjuntamente com o Contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.2.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 3.3 e 5.1 a 5.4 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa conjuntamente com o Contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos no item 3.1 deste edital.

3.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.2.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, deste edital, terá sua habilitação condicionada à

apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco(5) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.3.1 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.3.2 - O prazo de que trata o item 3.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.3.3 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4 - Os documentos constantes do item 3.1, deverão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa local.

3.5 - Se o proponente se fizer representar, deverá juntar, por ocasião da abertura dos envelopes, procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente Licitação, e, em se tratando de Sócio da empresa, juntar cópia autenticada do Contrato Social ou Requerimento de Empresário arquivado na Junta Comercial, bem como apresentar documento de identificação.

3.6 - O envelope nº 2 deverá conter:

a) Proposta financeira em moeda corrente nacional (real), estabelecendo o valor global da obra (material e mão-de-obra), conforme planilha constante do anexo III, discriminando o valor unitário de cada item, observando a proporcionalidade entre o item e o valor total da obra, bem como entre o valor da mão-de-obra e do material tendo como parâmetro o orçamento do município;

b) O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a trinta (30) dias.

c) Cronograma Físico-Financeiro;

d) Detalhamento do BDI

e) Detalhamento dos Encargos Sociais

3.7 - O valor da proposta, deverá abranger o custo da aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, que serão referidos nas cláusulas contratuais acerca das retenções previdenciárias.

3.8 - **Serão desclassificadas as propostas das empresas licitantes que apresentarem preço global superior ao valor orçado pelo município (R\$ 201.831,22).**

4 - DO JULGAMENTO

4.1 - O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global.

4.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93.

5 - CRITÉRIO DE DESEMPATE

5.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.2 e 3.2.1, deste edital.

5.1.2 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

5.1.3 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.2 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 5.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

5.3 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 5.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

5.4 - O disposto nos itens 5.1 à 5.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.2 e 3.2.1, deste edital).

5.5 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado conforme medições a serem realizadas, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados, bem como cópia da GFIP ou outro documento que venha a substituir (com no mínimo três(3) empregados registrados durante a vigência do contrato), comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS relativo aos empregados da empresa que laborarem nos serviços licitados, com a aprovação do responsável técnico da Prefeitura, sendo que, obrigatoriamente, o valor da última parcela

não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do valor total da mão de obra, a qual será paga em até 10 (dez) dias após a apresentação da Certidão Negativa da obra e da empresa junto ao INSS e relação de empregados que participaram da execução do contrato.

6.2 O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária, cujo titular, necessariamente deverá ser a licitante.

6.3 - Nas Notas Fiscais, deverão constar os custos realmente efetivados com aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, para fins de cálculo da retenção previdenciária, sendo que a ausência desta discriminação importará na utilização de 100% do valor como base de cálculo para esta retenção.

6.4 A Contratada deverá entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos, o número de conta para depósito, as Certidões perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal

6.5 - Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS prevista na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, salvo em caso de lei específica.

7 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para a execução da obra e vigência do contrato será de três (03) meses, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços.

8 - DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Artigo 109, da Lei Federal nº 8.666, atualizada pela Lei nº 8.883.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

10 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor para, no prazo 5 (cinco) dias assinar o Contrato, sob pena de recair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital. o Art. 81 da Lei nº 8.666/93;

10.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

10.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então, revogará a Licitação, sem prejuízo da pena de multa no valor correspondente a 20% do valor do Contrato e da aplicação das demais sanções previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

11 - DO CONTRATO

11.1 - A Licitante vencedora que não possuir inscrição no CREA/RS, deverá apresentar por ocasião da assinatura do Contrato o visto do

CREA/RS, sob pena de aplicação das sanções e penalidades previstas no item 13 do Edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

12.1. Do Contrato deverá constar as seguintes obrigações do

contratado:

- a)** arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;
- b)** manter, durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação assumidas;
- c)** providenciar após a assinatura do Contrato a Matrícula da Obra de Construção Civil (CEI), juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra.
- d)** responsabilizar-se pela contratação de tantos funcionários, quantos necessários, para a realização dos serviços contratados;
- e)** responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da inobservância de normas de saúde, higiene e segurança sem qualquer ônus ao município;
- f)** arcar com todas as despesas referentes à legislação social e trabalhista, tais como indenizações, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da previdência social e outras;
- g)** fornecer, por sua conta, e aos seus funcionários, os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a prestação dos serviços;
- h)** ressarcir o Município por eventuais danos causados a este ou a terceiros por culpa ou dolo de seus funcionários ou prestadores de serviços;
- i)** executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referência;
- j)** colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;
- k)** apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;
- l)** manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- m)** comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- n)** selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elemento com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;
- o)** instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da Contratada inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- p)** Será de total responsabilidade do contratado o emprego de mão de obra (funcionários) quando necessário. Os funcionários deverão possuir ferramentas em quantidade adequada para a correta execução dos serviços. Também é de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e demais medidas de segurança e meio ambiente necessárias à execução das atividades.
- q)** A empresa será responsável em capacitar seus funcionários quanto às medidas de segurança previstas na CLT, observando-se o que se determina nas Normas Regulamentadoras (NR's) da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego. Destacam-se o Treinamento para Trabalho em Altura (NR-35), Treinamento para Operação de Máquinas e Equipamentos (NR-12), Operações em Instalações Elétricas (NR-10), dentre outros que venham a ser necessários durante a execução dos serviços.

- r) realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;
- s) realizar e arcar com todos os custos relativos à limpeza de resíduos e embalagens geradas ou utilizadas na obra, bem como a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;
- t) responsabilizar-se por eventuais reclamações trabalhistas, quaisquer encargos e/ou ações judiciais de outra ordem, sendo que, se o Município for acionado judicialmente por funcionários e/ou prestadores de serviços da empresa Licitante, fará sua defesa, denunciando à lide a empresa a ser contratada, sendo que esta compromete-se em requerer a exclusão da lide do Município e fazer a defesa, sendo que, se ao final de qualquer demanda judicial, houver condenação do Município, a empresa Licitante, deverá expressamente responsabilizar-se em pagar o débito determinado pela sentença ou acórdão, mas se assim não o fizer, o contrato a ser firmado poderá ser rescindido automaticamente.
- v) quando do recebimento da ordem de início dos serviços a empresa deverá apresentar por escrito a lista de funcionários que executarão o mesmo, informando CPF, Pis e qualificação profissional, a fim de viabilizar a fiscalização. Este documento deverá ser firmado pelo responsável técnico da empresa.

12.2 - Constituirão motivos para a rescisão do Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial:

- a) falência, concordata ou dissolução;
- b) transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do **CONTRATANTE**;
- c) descumprimento de qualquer das obrigações estipuladas.

13 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1. Na aplicação das sanções e penalidades previstas nos incisos abaixo, com fulcro nos arts. 86, 87 e 88 da lei de licitações 8.666/93, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias: a natureza e a gravidade da infração contratual; os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; os antecedentes da contratada.

I- a **recusa injustificada da assinatura do contrato** será considerado como inadimplemento total do contrato e as penalidades a ser aplicadas são as previstas no inciso III, no que couber;

II- O **atraso** injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no valor correspondente a 0,33% do valor do contrato, por dia de atraso, limitado a **20 dias**, sob pena de, ultrapassado esse prazo, caracterização de **inadimplemento total** do objeto do contrato, autorizando a aplicação de penalidades previstas no inciso III.

a) a multa a que alude este inciso II não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula, dependendo do dano causado ao interesse público.

b) a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

III - Pela **inexecução total ou parcial** do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência por instrumento formal, firmada pelo fiscal do contrato;
b) multa em valor equivalente a **20%** do valor do contrato; quando o **inadimplemento por total** e multa em valor equivalente a **10%** do valor do contrato quando o **inadimplemento por parcial**, independente do percentual já concluído do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo a ser arbitrado pela administração considerado o disposto no parágrafo 1º, não superior a 2 (dois) anos;

d) considerando a gravidade das consequências do inadimplemento do contrato, poderá a administração **declarar a inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do inciso III poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida na alínea “d”, do inciso III prevista nesta cláusula é de **competência exclusiva do Secretário Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 4º: As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este instrumento e pela lei de licitações:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 5º: a aplicação das sanções e penalidades aqui previstas não exime a contratada de responder por perdas e danos que causar a administração em razão de conduta ilícita praticada.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições do presente Edital;

14.2 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentos e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento, exceto as hipóteses previstas nos itens 3.3 e 5.2 deste edital;

14.3 - Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

14.4 - Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados, bem como os membros da Comissão Julgadora;

14.5 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à Licitação os participantes retardatários;

14.6 - A fiscalização da execução dos serviços, objeto da licitação, ficará à cargo do Município;

14.7 - A intimação de todos os licitantes de todo e qualquer ato praticado nesta licitação dar-se-á por meio de publicação na imprensa oficial do município (Diário Oficial dos Municípios), caso não estejam presentes nas reuniões;

14.8 - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 10 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira, no Departamento de Licitações, sito na Av. Presidente Lucena, 3527, Centro, Ivoti/RS, ou pelo telefone nº (051) 3563.8800, ramal 243

Prefeitura Municipal de Ivoti, aos três(3) dias do mês de fevereiro de 2021.

MARTIN CESAR KALKMANN
Prefeito Municipal

Ciente e de acordo com o Edital:

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DE RESTAURO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, EM CASA HISTÓRICA REPRESENTATIVA GÊNERO ENXAIMEL, DENOMINADA SALÃO HOLLER, NO MUNICÍPIO DE IVOTI/RS.

O **MUNICÍPIO DE IVOTI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Presidente Lucena, 3527, na cidade de Ivoti/RS, com CNPJ nº 88.254.909/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARTIN CESAR KALKMANN**, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e, por outro lado a empresa, representada por , Sr. , sediada à , nº , em , inscrita no CNPJ/MF sob nº , Inscrição Estadual nº , de ora em diante denominada **CONTRATADA**, deliberam firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666/93, regulamentada pela Lei nº 8.883/94, bem como à Tomada de Preços nº 3/2021:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução da 1ª Etapa de restauro, com fornecimento de material e mão de obra, em casa histórica representativa do gênero enxaimel, denominada Salão Holler, localizada na Av. Presidente Lucena, nº 3230, Bairro Centro, no Município de Ivoti/RS, conforme Planilha de Quantitativos, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e projetos.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A **CONTRATANTE** pagará, pelo objeto do presente Contrato, o valor total de R\$, considerando o valor do material em R\$(..) e a mão-de-obra em R\$(..).

CLÁUSULA TERCEIRA:

O pagamento será efetuado conforme medições a serem realizadas, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados, bem como cópia da GFIP ou outro documento que venha a substituir (com no mínimo três(3) empregados registrados durante a vigência do contrato), comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS relativo aos empregados da empresa que laborarem nos serviços licitados, com a aprovação do responsável técnico da Prefeitura, sendo que, obrigatoriamente, o valor da última parcela não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do valor total da mão de obra, a qual será paga em até 10 (dez) dias após a apresentação da Certidão Negativa da obra e da empresa junto ao INSS e relação de empregados que participaram da execução do contrato.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será efetuado mediante depósito em conta bancária, cujo titular, necessariamente deverá ser a licitante.

Parágrafo Segundo - Nas Notas Fiscais, deverão constar os custos realmente efetivados com aquisição dos materiais, eventual locação de equipamentos e outros custos necessários para a execução dos serviços, para fins de cálculo da retenção previdenciária, sendo que a ausência desta discriminação importará na utilização de 100% do valor como base de cálculo para esta retenção.

Parágrafo Terceiro - A Contratada deverá entregar junto com as Notas Fiscais, as guias de recolhimento de impostos, o número de conta para depósito, as Certidões perante a Previdência Social, junto ao FGTS e Certidão Municipal

Parágrafo Quarto - Por ocasião do pagamento deverá ser feita a retenção do INSS prevista na Instrução Normativa RFB nº 971/2009, salvo em caso de lei específica.

CLÁUSULA QUARTA:

O prazo para a execução da obra e vigência do contrato será de três (3) meses, atendendo o Cronograma Físico-Financeiro, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços.

CLÁUSULA QUINTA:

Compromete-se a **CONTRATADA** manter-se, durante todo o prazo do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como nas condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA:

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, se a **CONTRATADA**:

- a) falir, entrar em concordata ou se dissolver;
- b) não cumprir qualquer das obrigações estipuladas;
- c) transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único - No caso de rescisão por um dos motivos prescritos nesta cláusula, a **CONTRATADA** receberá apenas os valores correspondentes aos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA:

São Obrigações da **CONTRATADA**:

- a) arcar com as despesas referentes ao objeto da presente Licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre o mesmo;
- b) manter, durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação assumidas;
- c) providenciar após a assinatura do Contrato a Matrícula da Obra de Construção Civil (CEI), juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra.
- d) responsabilizar-se pela contratação de tantos funcionários, quantos necessários, para a realização dos serviços contratados;
- e) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da inobservância de normas de saúde, higiene e segurança sem qualquer ônus ao município;
- f) arcar com todas as despesas referentes à legislação social e trabalhista, tais como indenizações, seguros de acidentes de trabalho, enfermidades, repouso semanal, FGTS, remuneração e contribuições da previdência social e outras;
- g) fornecer, por sua conta, e aos seus funcionários, os equipamentos de segurança do trabalho necessários para a prestação dos serviços;
- h) ressarcir o Município por eventuais danos causados a este ou a terceiros por culpa ou dolo de seus funcionários ou prestadores de serviços;
- i) executar os serviços propostos dentro das condições estipuladas neste termo de referência;
- j) colocar à disposição da Contratante atendimento diferenciado para solução imediata de eventuais problemas no decorrer do contrato;
- k) apresentar e colocar à disposição da Contratante soluções que mantenham a segurança e a qualidade dos serviços contratados;

- l)** manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- m)** comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- n)** selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elemento com funções legalmente registradas em sua carteira de trabalho;
- o)** instruir seu empregado quanto à necessidade de acatar orientações da Contratada inclusive quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;
- p)** Será de total responsabilidade do contratado o emprego de mão de obra (funcionários) quando necessário. Os funcionários deverão possuir ferramentas em quantidade adequada para a correta execução dos serviços. Também é de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e demais medidas de segurança e meio ambiente necessárias à execução das atividades.
- q)** A empresa será responsável em capacitar seus funcionários quanto às medidas de segurança previstas na CLT, observando-se o que se determina nas Normas Regulamentadoras (NR's) da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego. Destacam-se o Treinamento para Trabalho em Altura (NR-35), Treinamento para Operação de Máquinas e Equipamentos (NR-12), Operações em Instalações Elétricas (NR-10), dentre outros que venham a ser necessários durante a execução dos serviços.
- r)** realizar o controle de serviços, clima e funcionários através do Diário de Obra, que será entregue com cópia atualizada à fiscalização da obra semanalmente impreterivelmente, sob pena de não liberação da medição. O Diário de Obra deverá ser assinado pelo responsável técnico pela execução das obras e pela Fiscalização;
- s)** realizar e arcar com todos os custos relativos à limpeza de resíduos e embalagens geradas ou utilizadas na obra, bem como a correta destinação dos resíduos da construção civil oriundos da realização das obras;
- t)** responsabilizar-se por eventuais reclamações trabalhistas, quaisquer encargos e/ou ações judiciais de outra ordem, sendo que, se o Município for acionado judicialmente por funcionários e/ou prestadores de serviços da empresa Licitante, fará sua defesa, denunciando à lide a empresa a ser contratada, sendo que esta compromete-se em requerer a exclusão da lide do Município e fazer a defesa, sendo que, se ao final de qualquer demanda judicial, houver condenação do Município, a empresa Licitante, deverá expressamente responsabiliza-se em pagar o débito determinado pela sentença ou acórdão, mas se assim não o fizer, o contrato a ser firmado poderá ser rescindido automaticamente.
- u)** quando do recebimento da ordem de início dos serviços a empresa deverá apresentar por escrito a lista de funcionários que executarão o mesmo, informando CPF, Pis e qualificação profissional, a fim de viabilizar a fiscalização. Este documento deverá ser firmado pelo responsável técnico da empresa.

CLÁUSULA OITAVA:

Na aplicação das sanções e penalidades previstas nos incisos abaixo, com fulcro nos arts. 86, 87 e 88 da lei de licitações 8.666/93, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias: a natureza e a gravidade da infração contratual; os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; os antecedentes da contratada.

I- a recusa injustificada da assinatura do contrato será considerado como inadimplemento total do contrato e as penalidades a ser aplicadas são as previstas no inciso III, no que couber;

II- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no valor correspondente a 0,33% do valor do contrato, por dia de atraso, limitado a **20 dias**, sob pena de, ultrapassado esse prazo, caracterização de **inadimplemento total** do objeto do contrato, autorizando a aplicação de penalidades previstas no inciso III.

a) a multa a que alude este inciso II não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula, dependendo do dano causado ao interesse público.

b) a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

III - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência por instrumento formal, firmada pelo fiscal do contrato;

b) multa em valor equivalente a **20%** do valor do contrato; quando o **inadimplemento por total** e multa em valor equivalente a **10%** do valor do contrato quanto o **inadimplemento por parcial**, independente do percentual já concluído do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo a ser arbitrado pela administração considerado o disposto no parágrafo 1º, não superior a 2 (dois) anos;

d) considerando a gravidade das consequências do inadimplemento do contrato, poderá a administração **declarar a inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do inciso III poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida na alínea “d”, do inciso III prevista nesta cláusula é de **competência exclusiva do Secretário Municipal**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 4º: As sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este instrumento e pela lei de licitações:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

§ 5º: a aplicação das sanções e penalidades aqui previstas não exime a contratada de responder por perdas e danos que causar a administração em razão de conduta ilícita praticada.

CLÁUSULA NONA:

A fiscalização da execução da obra, objeto do contrato, ficará à cargo do Município, através da reponsável, Sra. Caroline Gemelli, CAU 33767-6.

CLÁUSULA DÉCIMA:

A despesa será classificada na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As dúvidas resultantes da interpretação do presente contrato serão discriminadas em juízo, ficando eleito o Foro da Comarca de Ivoti /RS.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeitura Municipal de Ivoti,

MARTIN CESAR KALKMANN

Contratante

Contratada

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

Ciente em 2021:

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETIVO

O presente termo de referência tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para execução da 1ª etapa de restauro, com fornecimento de material e mão de obra, em casa histórica representativa do gênero enxaimel, denominada Salão Holler, localizada na Av Presidente Lucena, nº 3230, bairro Centro, Ivoti/RS.

2- JUSTIFICATIVA

O Salão Holler é a maior edificação em enxaimel do Estado do Rio Grande do Sul e está descrita no livro de Gunter Weimer – Arquitetura da Imigração Alemã. Originalmente um Salão de Baile, teve diversos usos ao longo dos anos, sofrendo intervenções por parte dos antigos moradores. Desde 2013 está desocupada. Em 2014, a edificação foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, a partir da portaria 001/2014 (Publicada no Diário Oficial do Estado em 13 de janeiro de 2014). A partir da portaria de tombamento ocorreu a transferência do bem para o Município, que recebeu a incumbência de restaurá-lo. Desde então, foram feitos estudos e diagnóstico da situação da casa, bem como projetos para restauro da mesma.

3- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

- a) Os serviços técnicos, de restauro, deverão ser executados e acompanhados por profissionais legalmente habilitados, com registro no CREA(RS) ou CAU(RS) e deverão vir acompanhados das ART's (Anotações de Responsabilidades Técnicas) e/ou RRT's (Registro de Responsabilidade Técnica) correspondentes.
- b) A empresa deverá, também, apresentar um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que comprovem que o profissional já executou, de modo satisfatório, obra de restauro, devendo para tanto, apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT).
- c) A empresa deverá ter registro no conselho profissional competente, bem como o responsável técnico.
- d) O referido responsável técnico responderá pela execução de todos os serviços envolvidos nas obras emitindo, para tanto, o Registro de Responsabilidade técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, ser executados de acordo com o Termo de Referência e especificações técnicas e de serviços, em anexo;
- 4.2 Os trabalhos deverão atender a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes, bem como as respectivas normas técnicas;
- 4.3 A empresa deverá declarar a plena aceitação e atendimento das exigências do Departamento de Planejamento Urbano (DPU) e responsável pela área da Segurança e Saúde do Trabalho;
- 4.4 Todas as informações e esclarecimentos, sobre o Termo de Referência, serão prestados pelo Departamento de Planejamento Urbano (DPU);
- 4.5 A apresentação da proposta implica na aceitação imediata, pela proponente, do inteiro teor das presentes especificações técnicas e de serviços, bem como de todas as disposições legais que se aplicam ao objeto;
- 4.6 Será de total responsabilidade do contratado o emprego de mão de obra (funcionários) quando necessário. Os funcionários deverão possuir ferramentas em quantidade adequada

para a correta execução dos serviços. Também é de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e demais medidas de segurança e meio ambiente necessárias à execução das atividades.

4.7 A empresa será responsável em capacitar seus funcionários quanto às medidas de segurança previstas na CLT, observando-se o que se determina nas Normas Regulamentadoras (NR's) da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego. Destacam-se o Treinamento para Trabalho em Altura (NR-35), Treinamento para Operação de Máquinas e Equipamentos (NR-12), Operações em Instalações Elétricas (NR-10), dentre outros que venham a ser necessários durante a execução dos serviços.

4.8 A disponibilização de todos os itens citados nos itens 4.7 e 4.8 ocorrerão por conta da contratada, sem ônus adicional ao Município.

5- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Contratação de empresa especializada para o serviços de restauro, com fornecimento de material e mão de obra, na edificação abaixo mencionada.

Todos os documentos que serão entregues deverão conter o nome completo, número do registro no Conselho e rubrica dos responsáveis técnicos. Sua execução se dará nos prazos descritos nesse termo de referência.

5.1 Do local:

A referida edificação está localização na Avenida Presidente Lucena, 3230, em Ivoti. A área de intervenção estimada é de 797,92m².

6- PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços técnicos, descritos no objeto, após assinatura do Termo de Contrato e Autorização do início dos serviços, deverão ser desenvolvidos e executados de acordo com o Termo de Referência e os prazos descritos no cronograma físico-financeiro.

O prazo de conclusão da execução do serviço não será prorrogado, salvo justificativa fundamentada, com argumentos consistentes, que será avaliada pela Administração Pública Municipal.

7- LEGISLAÇÃO E RESPONSABILIDADES

7.1 Legislações: Deverão ser atendidos os seguintes Regulamentos, Normas e legislações para a execução dos serviços, *dentre outros*:

- ABNT NBR 7203 – Madeira serrada e beneficiada;
- ABNT NBR 9575 – Impermeabilização – seleção e projeto;
- ABNT NBR 9574 – Execução e impermeabilização - procedimento;
- ABNT NBR 9685 – Emulsão asfáltica para impermeabilização;
- NR 10 – Segurança em instalações de serviços em eletricidade;
- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 13529 – Revestimento de paredes e tetos de argamassa inorgânica;

7.2 Responsabilidades: É vedada, sem prévia anuência do Município de Ivoti, a subcontratação de serviços constantes na presente Especificação Técnica, no todo ou em parte, sendo de inteira responsabilidade do Contratado, sendo, desde já, exigido para todos

os Laudos, as assinaturas dos profissionais legalmente habilitados e acompanhados das respectivas ART's e/ou RRT's.

8- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados serão executados conforme Memorial Descritivo e Projetos em anexo e legislações atualmente vigentes.

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser executados de acordo com este Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá declarar a plena aceitação e submissão à Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativa ao teor das especificações técnicas e de serviços constantes do Memorial Descritivo, bem como de todas as disposições legais que se aplicam à espécie.

Os itens e quantitativos constantes no quadro de orçamento são estimativos, devendo ser conferidos pelo PROPONENTE.

Ocorrerão, por conta da CONTRATADA, o fornecimento de todas as ferramentas e equipamentos de trabalho e de segurança, além de todos os serviços e materiais correlatos necessários para os serviços descritos no Memorial Descritivo e na relação de quantitativos.

Nenhuma alteração no Projeto ou Memorial Descritivo, determinando ou não encarecimento da obra, será executada sem autorização do CONTRATANTE.

Sempre que for sugerida pela CONTRATADA qualquer modificação, esta deverá ser acompanhada de orçamento correspondente, se apresentar alteração de preço para mais ou para menos.

A obra será por empreitada global, devendo o CONTRATADO executar plenamente o projeto no valor apresentado na proposta da licitação, ou seja, a contratação da obra será por **preço certo e total**.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de quaisquer modificações que forem eventualmente por ele propostas e aceitas pelo CONTRATANTE e pelo Autor do Projeto.

A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento dos materiais necessários para a plena execução dos serviços. O transporte, guarda e manuseio destes materiais será de responsabilidade da CONTRATADA.

Todas as informações e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência serão prestados pelo Departamento de Planejamento Urbano.

Endereço: Rua José de Alencar, 780 - Ivoiti/RS

Telefone: 51-3563.6788

A Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos designará 01 (um) técnico para o gerenciamento do contrato, para a fiscalização da obra e para a realização de medições, cuja identificação e contatos serão fornecidos à CONTRATADA anteriormente ao início das obras.

10 - VALORES ESTIMADOS

Os valores estimados para realização do serviço objeto deste Termo de Referência estão detalhados na Planilha Orçamentária.

11 - PRAZOS

O prazo total para execução das obras de revitalização é de no máximo 3 (três) meses, a contar do dia de recebimento da Ordem de Serviço. Não há possibilidade de prorrogação de prazo.

12 - GERENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÕES

A Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos designará técnico para gerenciamento do contrato, fiscalização de obra e realização de medições, que será responsável pelas seguintes tarefas:

12.1 Gerenciamento:

Acompanhar todos os processos que envolvam o contrato. Realizar o atendimento a solicitações provenientes do executivo municipal, da comunidade atingida e da CONTRATADA.

Promover reuniões regulares entre a equipe técnica da Prefeitura e a CONTRATADA para atualização e alinhamento de informações, solucionando eventuais dúvidas e ou dificuldades e permitindo o bom andamento da obra.

12.2 Fiscalização:

Receber medições com entrega de planilha elaborada e assinada pelo técnico responsável pela execução da obra e atestar as faturas apresentadas para pagamento, validá-las ou devolvê-las quando apresentarem erros ou falta de documentação;

Verificar e informar se os custos e andamento do serviço estão se desenvolvendo de acordo com a ordem de serviço, com o cronograma físico-financeiro, com os termos do contrato, do projeto e do orçamento;

12.3 Medições:

Juntar e analisar a documentação para encaminhamento à Secretária de Educação e Cultura para assinatura e à Secretaria da Fazenda do Município para liquidação dos valores medidos.

A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, bem como de tudo o que estiver contido no projeto, nas normas, especificações e métodos citados.

13 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a contratada fica responsável pela execução de todos os serviços relativos à esta 1ª etapa de restauro, conforme peças técnicas fornecidas. Deverá atender a todos os requisitos estipulados neste Termo de Referência, observando-se em especial aos critérios e detalhamentos presentes no Memorial Descritivo anexo. Deverá ainda atentar aos requisitos previstos nos Projetos da obra de restauro. Quaisquer dúvidas que surgirem, serão esclarecidas pela equipe de engenharia e arquitetura do Município.

ANEXO III - MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: RESTAURO EMERGENCIAL SALÃO HOLLER - 1ª ETAPA
Endereço: Av. Presidente Lucena, 3230 - Centro - Ivoti / RS
Área: 797,92 m²

O presente Memorial Descritivo visa estabelecer as condições para OBRA DE RESTAURO EMERGENCIAL DO BEM TOMBADO SALÃO HOLLER, denominada 1ª etapa, contemplando Projeto de Cobertura, Instalações Elétricas Provisórias e Substituição de Viga. Assim, a seguir serão descritos os materiais de construção a utilizar, indicando os locais onde estes materiais serão empregados e determinando as técnicas exigidas em seu emprego.

A - CRONOGRAMA DA OBRA:

A.1 - A obra deverá ser executada no prazo de 90 dias a contar da ordem de início.

B - VERIFICAÇÕES PRELIMINARES

B.1 - Compete ao proponente efetuar completa verificação preliminar do Memorial Descritivo e Projeto em anexo.

B.2 - Os itens e quantitativos constantes no Quadro de Orçamento são meros PARÂMETROS ESTIMATIVOS.

B.3 - Caso sejam constatadas quaisquer discrepâncias, omissões ou incorreções, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, estas deverão ser imediatamente informadas ao Departamento de Planejamento até **3 DIAS ÚTEIS** antes da entrega da proposta orçamentária, para permitir a adequação do projeto e/ou orçamento, e posterior comunicação a todos os proponentes.

C - PRECEDÊNCIA DE DADOS:

C.1 - Em caso de divergência entre o Quadro de Orçamento e o Memorial Descritivo, prevalecerá sempre o primeiro.

C.2 - Em caso de divergência entre o Quadro de Orçamento e o Projeto, prevalecerá sempre o último.

C.3 - Em caso de divergência entre as cotas das plantas e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras.

D - MODIFICAÇÕES NO PROJETO:

D.1 - Nenhuma alteração no Projeto ou Memorial Descritivo, determinando ou não encarecimento da obra, será executada sem autorização do Contratante e do Autor do Projeto.

D.2 - Sempre que for sugerida pelo Executante qualquer modificação, esta deverá ser acompanhada de orçamento correspondente, se apresentar alteração de preço para mais ou para menos.

E - RESPONSABILIDADE PARA ALTERAÇÕES SUGERIDAS:

E.1 – O Executante assumirá integral responsabilidade e garantia pela execução de quaisquer modificações que forem eventualmente por ele propostas e aceitas pelo Contratante e pelo Autor do Projeto.

F – ESPECIFICAÇÕES GERAIS DE MATERIAIS:

F.1 – o Executante só poderá usar qualquer material depois de examinado e aprovado pelo Fiscal Técnico.

F.2 – Cada lote de material deverá ser comparado com a respectiva amostra, previamente aprovada pelo Fiscal Técnico e guardada no canteiro da obra.

F.3 – Caso surja, neste Memorial Descritivo, a expressão “ou similar”, fica subentendido que tal alternativa será precedida de consulta e sujeita a aprovação de amostra.

G – TÉCNICAS DE EXECUÇÃO:

G.1 – Todos os serviços, independente de especificação, ou detalhamento, deverão atender às normas técnicas vigentes da **ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas**, e serem executados sob a orientação de profissional habilitado junto ao **CREA – Conselho Regional de Engenharia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo**.

H – DOCUMENTAÇÃO INCLUÍDA NO CONTRATO:

H.1 – O memorial Descritivo ficará fazendo parte integrante do Contrato e valendo como se, no mesmo, efetivamente transcrito fosse.

I – DIÁRIO DE OBRAS:

I.1 – Deverá ser instituído um Diário de Obras, conforme modelo em anexo.

I.2 – Toda a comunicação entre a Contratada e a Fiscalização deverá ser feita por escrito, através do Diário de Obras, além do preenchimento normal dos campos, diariamente.

J – TERMO DE CONCLUSÃO:

J.1 – A obra será recebida globalmente no seu final pela comissão de recebimento de obras através de um termo de conclusão provisório.

J.2 – Após 90 dias do recebimento provisório e da nova revisão, a comissão de recebimento de obras emitirá o termo de conclusão definitivo.

§§§ Todas as obrigações, (Municipais, Estaduais e Federais), despesas legais com a legislação em vigor, necessários a execução da obra tais como taxas do CAU, CREA, IAPAS, INSS, registros, impostos diversos, seguros, obrigações empregatícias, contratuais e outros pertinentes a construção, serão de competência e responsabilidade da empresa construtora.

A contratante fornecerá o projeto, contraindo a responsabilidade de emissão e quitação da ART de projeto.

O **responsável técnico pela execução, da Construtora**, deverá instruir o mestre de obras bem como os demais operários (carpinteiros, eletricitas, etc.) para a perfeita execução da obra. Todas as despesas gerais para a iniciação da obra e despesas de ligação e consumo durante a execução da obra serão custeadas pela construtora, além disso, deverá manter na

obra equipamentos de segurança e exigindo a utilização dos mesmos, em atendimento a NR 18 do Ministério do Trabalho. Terá também local para atendimento de primeiros socorros, bem como os devidos medicamentos. Será de competência da construtora o fornecimento de toda a mão de obra, material para serviços e equipamentos (maquinaria, ferramentas, transporte vertical e horizontal), necessários para imprimir ao trabalho um andamento de acordo com o cronograma de execução. Os materiais de construção deverão ser de 1ª qualidade, sob pena de serem rejeitados na entrega ou na instalação dos mesmos, sem ônus ao município.

Ao engenheiro ou arquiteto, responsável técnico, além do que lhe fica assegurado pelos artigos da lei, lhe compete: fazer inspeção periódica à obra, dando esclarecimentos sobre possíveis omissões do projeto, detalhes, cadernos de encargos, especificações e normas de execução, sempre que solicitado.

A contratante terá um engenheiro responsável pela fiscalização da obra, ao qual serão dados todos os esclarecimentos, controles e detalhe sobre o andamento da obra. A obra será periodicamente acompanhada por técnicos da Prefeitura Municipal de Ivoti, a contratante.

1. SERVIÇOS TÉCNICOS

1.1. Acompanhamento da obra

A obra deverá ser acompanhada por profissional técnico legalmente habilitado com experiência em obra de restauro de patrimônio histórico devidamente comprovada. Sendo que o mesmo deverá fazer visitas regulares a obra com dedicação de no mínimo 2 (duas) horas por dia útil com comprovação via diário de obra, e relatórios fotográficos do andamento a serem entregues juntamente com a planilha de medição.

2. SERVIÇOS INICIAIS

2.1. Placa de Obra

A obra deverá ser devidamente identificada, devendo a placa atender a área mínima de 3,00m² preferencialmente com a relação de dimensões de 1,50m x 2,00m. A mesma deverá indicar dados de projeto e execução da obra, bem como valor do restauro, sendo feita menção da execução como primeira etapa da obra de restauro emergencial do bem tombado. A placa da obra não poderá ser fixada diretamente no bem tombado, podendo ser fixada nos tapumes previstos e ou em estrutura a parte junto às divisas laterais do imóvel.

2.2. Barracão de obra e estocagem do material

No lugar de barracão de obra está previsto container que deverá assumir a mesma função, devendo ser instalado na frente da edificação na av. Presidente Lucena, ocupando uma vaga de estacionamento com devida sinalização.

O container deverá ser utilizado para estoque e armazenamento de materiais de construção e equipamentos, sendo a segurança destes de responsabilidade do contratado, podendo ainda o mesmo ser utilizado para armazenamento de materiais pessoais. O mesmo previsto com dimensões de 2,30 x 6,00m deve acomodar banheiro a ser utilizado pelos profissionais que estarão trabalhando junto ao canteiro de obras.

Ainda para materiais que requerem mais espaço deverá ser utilizado espaço dentro da área a ser cercada com tapumes.

OBS: Deverá haver uma rotatividade no estoque de cimento, não podendo ficar estocado mais de trinta (30) dias, segundo a norma da ABNT, devendo estar bem ventilado, mas isento de umidade, e o limite máximo de altura não deve exceder a 10 sacos. Sua aceitação na obra dependerá da data de fabricação, impressa na embalagem, em perfeitas condições e apresentando sua rotulagem adequada. Quando da utilização, o cimento deverá estar em perfeitas condições, não podendo o mesmo apresentar sinais de aventamento ou endurecimento.

A areia deverá estar isenta de substâncias nocivas em proporções prejudiciais, como torrões de argila, gravetos, mica, grânulos tenros, impurezas orgânicas, cloreto de sódio, outros sais delinquentes.

Após o término desta etapa o barracão deverá ser retirado do local.

2.3. Tapumes

Os tapumes deverão ser executados em telha metálica com fixação através de montantes de madeira. Os tapumes deverão ter altura de 2,10m, devendo ser colocados em toda a largura frontal da edificação, para proteção e segurança junto a fachada principal. Assim, foram previstos ainda tapumes na lateral do terreno, junto a divisa avançando em relação ao alinhamento da edificação, considerando que no restante da lateral este poderá avançar sobre o passeio público, entretanto deverá ser deixado espaço demarcado para trânsito de pedestres de forma protegida, com largura mínima de 1,20m.

Os tapumes deverão atender as normas de segurança, sendo expressamente proibida qualquer fixação em elemento e ou parede do bem tombado. Os mesmos deverão ser fixados de forma a garantir a segurança das pessoas que circularem pelo local.

Os tapumes deverão ser instalados, diferente do contêiner a ser utilizado como barracão, considerando sua permanência no local durante todo o período da obra de restauro, período de um ano. Assim, considerando que este memorial refere-se ao serviço de restauro da 1ª etapa, a CONTRATADA fica responsável somente pela sua instalação, ficando a desmontagem da estrutura e remoção dos tapumes não descrita neste serviço.

2.4. Remoções e Demolições

Para execução do objeto proposto, será necessário demolição e remoção do anexo lateral junto à fachada norte da edificação. A demolição do anexo de aproximadamente 18,55m² composto de telha cerâmica, forro de madeira e paredes em alvenaria se faz necessária, uma vez que o mesmo oferece riscos de desabamento.

Além disto para posterior montagem de andaime fachadeiro com tela de proteção, deverá ser retirada cobertura de telhas em zinco junto com sua estrutura metálica que estão no alpendre lado sul do bem tombado, considerando que este não faz parte da edificação original, não foi previsto reaproveitamento do mesmo, somente sua retirada.

Após a demolição deverá ser retirada o entulho gerado através de empresa legalmente licenciada, com resíduos dispostos separadamente conforme descarte devido.

3. RESTAURO TELHADO

3.1. Preparação para Restauro Telhado

A recuperação da estrutura do telhado consiste na remoção de todas as telhas e análise das condições das madeiras que compõem e estruturam o mesmo. Desta forma, para início destas atividades faz-se necessário a montagem de andaimes, tela de proteção e cobertura

provisória. Lembrando que o restauro de um bem tombado deve ser feito com o mínimo de interferência ao mesmo, não sendo permitida fixação de elementos no mesmo.

3.1.1. Montagem e Desmontagem de Andaimes Fachadeiros e Colocação de Tela

Para as remoções previstas para o Telhado deverá ser instalado andaime fachadeiro na área externa, devendo ser prevista instalação de bandeja de proteção e telamento complementar garantindo a segurança dos transeuntes no caso de queda de material e ou ferramentas.

O andaime deve garantir o acesso às telhas e às ripas a serem retiradas, além de dar acesso a todas as ações posteriores a serem realizadas nas fachadas, assim estando previsto em todo o perímetro da edificação com largura de 1,20m e sua altura total deve sustentar cobertura provisória a ser instalada 1,80 acima da cumeeira, totalizando 13,50m na parte posterior do bem tombado.

O telamento de proteção deve garantir fechamento de todo perímetro que receberá os andaimes fachadeiros para evitar problemas relacionados a queda de detritos ou ferramentas e impedindo que estas possam vir a atingir alguma pessoa. Ainda deve oferecer uma proteção para os funcionários que irão trabalhar na obra de restauro. As telas devem ser de polietileno virgem, a fim de garantir maior resistência às intempéries climáticas considerando ainda que a mesma será instalada em local aberto e que deverá permanecer no local por cerca de 1 (um) ano. Sua altura deverá garantir a proteção de todos os andares que receberão a bandeja secundária e ainda atividades de restauro do telhado, que aconteceram até a linha da cumeeira.

Ainda todos os serviços a serem prestados em altura deverão ser executados por mão-de-obra habilitada com uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual.

Os andaimes devem além de dar acesso as ações no telhado e fachadas, suportar a cobertura provisória que será descrita a seguir.

A desmontagem do andaime e retirada da tela de proteção está prevista ao término desta etapa, e conclusão da obra.

3.1.2. Cobertura Provisória

Em razão da retirada das telhas para restauro e instalação de subtelhado faz-se necessária a montagem de cobertura provisória sobre a edificação de forma a garantir a proteção da edificação às ações das intempéries durante o período de restauro do telhado.

A cobertura provisória será construída em três partes de 8,0m x 16,50m, totalizando 132m² com altura de 13,50m devendo ser deixado espaço extra de 1,80m acima da cumeeira existente para facilitar o manuseio das telhas e estrutura madeira existente. A cobertura provisória deverá ser dividida em três diferentes etapas, conforme Figura 1.

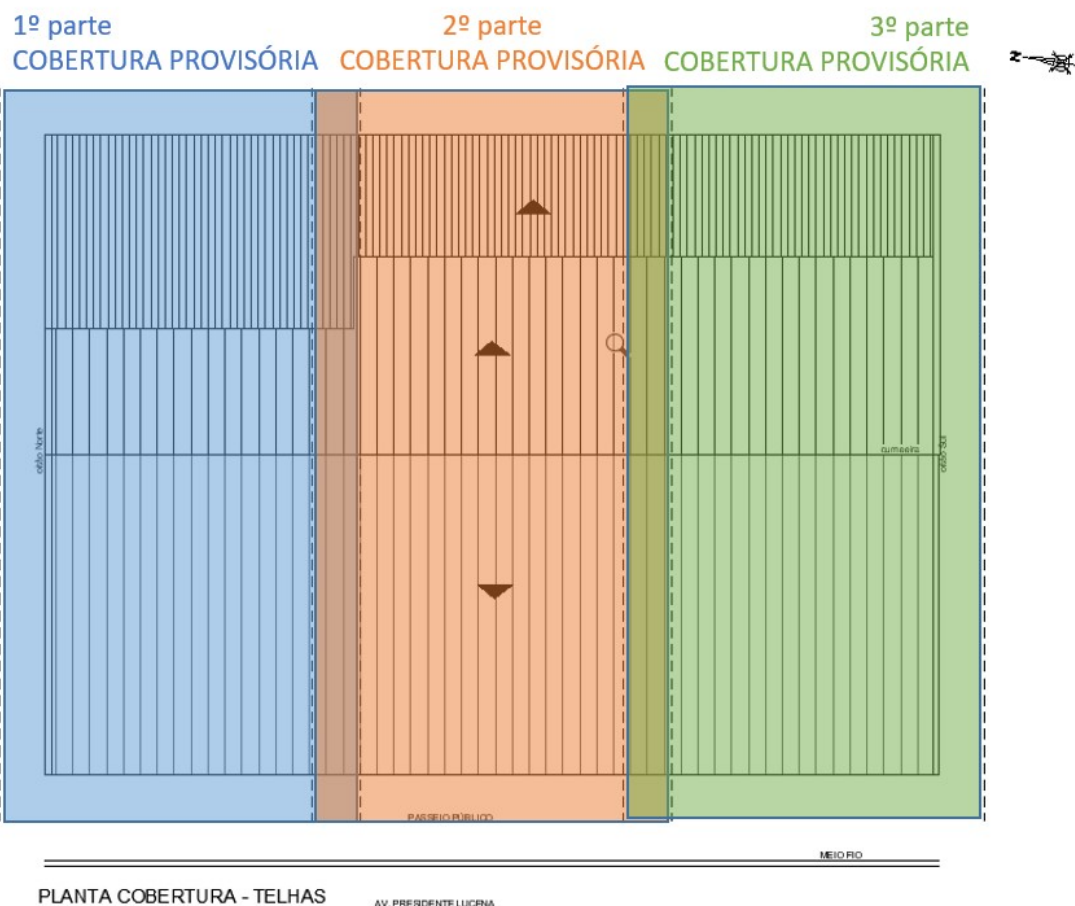


Figura 1 - Indicação das áreas de cobertura provisória

A estrutura principal da cobertura provisória deverá ser metálica com previsão de apoio nos andaimes e ou em estrutura auxiliar junto aos andaimes, com telhamento preferencialmente em duas águas (frente e fundos) em chapas de aço galvanizado, com inclinação mínima de 5%. Não será permitida a fixação de qualquer elemento para sustento da cobertura provisória e ou andaimes no bem tombado e ou em qualquer elemento original do mesmo.

A estrutura deverá ser modular de forma a comportar sua montagem e desmontagem de forma facilitada considerando que será utilizada a mesma estrutura em todas as etapas, sendo a estrutura e a cobertura relocada a cada parte do telhado a ser restaurado. Para assentamento da cobertura provisória poderá ser prevista estrutura em madeira com fixação das chapas de aço com pregos galvanizados.

Desta forma foi previsto no orçamento material para cobertura provisória referente a 1ª parte do telhado, sendo esta área igual na 2ª e 3ª parte, quando foi considerado somente mão de obra para montagem e desmontagem da estrutura.

A cobertura provisória será necessária somente na etapa de recuperação do telhado, diferente dos dos andaimes fachadeiros e tela de proteção que deverão permanecer durante toda a obra.

3.2. Remoções e Restauro Telhas

As telhas deverão ser retiradas após feita devida instalação dos andaimes e cobertura provisória da parte a ser destelhada. Assim a retirada das telhas deve ser feita em partes conforme apresentadas na cobertura provisória.

3.2.1. Telhas Fibrocimento e Cerâmica Quebradas

As telhas de fibrocimento, assim como as telhas cerâmicas quebradas não serão reaproveitadas devendo ser prevista remoção e posterior descarte conforme item 7.1 e 7.2 da Planilha Orçamentária.

3.2.2. Telhas Cerâmicas Capa Canal Existentes

As telhas cerâmicas tipo capa canal existentes que se encontram inteiras deverão ser retiradas, lavadas manualmente com sabão neutro e recolocadas após a reconstituição das madeiras do telhado, sendo preferencialmente colocadas na água do telhado frontal (frente para av. Presidente Lucena).

Considerando a retirada das telhas, o madeiramento do sótão deverá estar protegido pela cobertura provisória citada no item 3.1.2 deste memorial, na parte que está sendo recuperado enquanto exposto.

3.3. Remoções e Restauro Madeiras do Telhado

As tesouras que estão enclausuradas na alvenaria, assim como todas as demais peças em madeira do telhado existente devem ter o estado verificado. As madeiras que estão em bom estado, recebem tratamento, enquanto que as madeiras que estiverem degradadas com comprometimento da seção devem ser substituídas por peças novas na parte degradada através de sambladura ou encaixe, ou ainda substituídas por inteiro quando necessário.

As peças em madeira a serem substituídas estão indicadas no projeto, entretanto no caso de verificação in loco de peças comprometidas além das apontadas em projeto deverá ser feita consulta à fiscalização com proposta para substituição das mesmas.

De igual forma, conforme mencionado no item de remoção das telhas, para retirada do madeiramento o bem tombado no trecho a receber intervenção deverá estar devidamente protegido com a cobertura provisória.

3.3.1. Madeiramento a ser retirado

As ripas deverão ser retiradas por completo, sem previsão de reaproveitamento das mesmas. As madeiras como parte da tesoura, caibros, terças e apoio das terças que estão danificados deverão ser retiradas, de forma parcial e ou inteira conforme o indicado em projeto, também não sendo previsto reaproveitamento destas peças de madeira, que estão deterioradas.

As madeiras denominadas linhas, que sustentam as tesouras estão previstas para retirada em trecho onde estão comprometidas devido infiltração do telhado, indicadas em projeto e, desta forma com visível esmagamento de sua seção. Estas deverão ser escoradas, com escoras compatíveis com a altura, considerando que o assoalho está ausente no térreo, sendo previsto escoramento do porão até o sótão. O escoramento se faz necessário para remoção das linhas, considerando que estas sustentam as tesouras.

3.4. Colocação novas peças no Telhado

Após a retirada das peças com danos está prevista a substituição das peças de madeira deterioradas e telhas cerâmicas quebradas e ou de fibrocimento, e recolocação das telhas cerâmicas que estão inteiras, após sua limpeza, juntamente com a previsão de novo madeiramento em conjunto com a camada de subcobertura.

Ainda todos os serviços a serem prestados em altura deverão ser executados por mão-de-obra habilitada com uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual.

3.4.1. Madeiramento novo substituição madeiras danificadas

Após a retirada das madeiras que apresentam danos na cobertura, deverá ser feito corte com encaixes nas peças de madeira a ser instaladas, com devido escoramento do sistema para substituição das peças comprometidas e apontadas em projeto. Estas peças são compostas de caibros, terças e apoio para terças. As madeiras denominadas linhas também serão colocadas novas peças em substituição às peças removidas conforme informado no item acima.

As peças em madeira a ser utilizadas deverão ser de madeira de lei, do tipo peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*) ou similar, devidamente seca, beneficiada e serrada com bitola mais próxima possível das peças existentes no local e conforme indicado em projeto. Devendo também ser executado encaixe das madeiras em substituição conforme existências no local, e ou conforme necessidade considerando a substituição de peças parciais.

3.4.2. Madeiramento Novo - Ripas e Novos Caibros

Deverão ser colocadas novas ripas de madeira em toda a área de telhado, devendo estas serem colocadas acima da nova camada de caibros prevista. Estas madeiras denominadas novos caibros e novas ripas serão responsáveis pela fixação da camada denominada de subtelhado.

As madeiras a serem utilizadas como novas ripas e novos caibros deverão estar secas, beneficiada e serrada com bitolas conforme indicado no projeto, compatíveis com função na qual devem exercer, preferencialmente em madeira do tipo pinho-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*) ou similar.

3.4.3. Subcobertura Metálica

A execução do subtelhado ou subcobertura metálica deverá seguir integralmente as determinações detalhadas no projeto específico. Os trabalhos só poderão se dar sem a presença de ventos para evitar o risco de um deslocamento involuntário provocar acidente aos trabalhadores e/ou terceiros. O corte de ajuste das chapas ao madeiramento não deverá ser realizado no local de montagem e sim no piso denominado sótão da edificação. Imediatamente após o posicionamento da chapa na posição final a mesma deverá ser fixada de modo permanente.

O subtelhado deverá ser composto de chapa de laminado metálico contínuo de alumínio, denominada chapa nº24 (vinte quatro) de espessura, com área de recobrimento da subcobertura metálica. Ainda o laminado metálico deverá cobrir toda a área do telhado, como garantia adicional contra infiltrações e umidade. A superfície do laminado metálico se iniciará sobre a calha e terminará na base da cumeeira. Assim, o laminado metálico deverá ser apoiado por cima dos caibros, com fixação ao caibramento através pregos galvanizados a fogo.

A subcobertura deverá ser solidarizada entre si, nas justaposições do material sobre os berços dos caibros, por mastique a base de adesivo elástico, monocomponente, tixotrópico, à base de poliuretano, para colagens flexíveis de superfícies metálicas.

O subtelhado ou subcobertura metálica deverá ser solidarizada, ainda, aos rufos de engaste as alvenarias através de "chumbamento" em mescla de argamassa a base de cal e areia com traço de (1:4) (uma medida de cal para quatro medidas de areia) e cobrir o topo das paredes nos beirais contrafeitos onde fará dobra vertical de 5cm de recobrimento na borda externa do console.

Ainda deverá ser previsto espaço para ventilação entre as chapas do subtelhado junto à cumeeira de mínimo 8cm de forma a permitir a ventilação natural do sótão e evitar a condensação de umidade sob as chapas, conforme Figura 2.

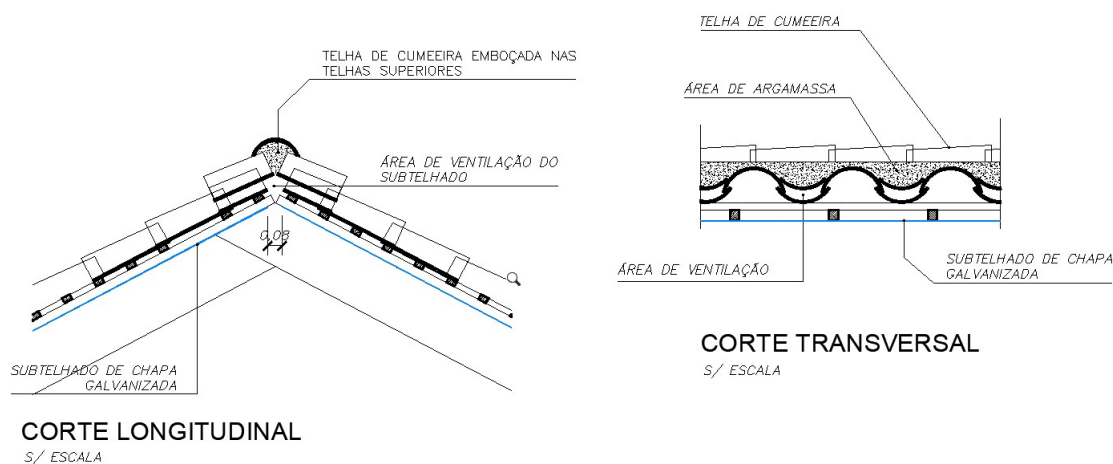


Figura 2 - Detalhe espaço ventilação subtelhado - cumeeira

Este item deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato, quando irá ser verificado o capeamento e testada a estanqueidade do conjunto da subcobertura metálica. Somente após esta verificação a fiscalização poderá liberar a etapa seguinte de execução da sequência de trabalho de recuperação da cobertura.

A estanqueidade será conferida em dia de chuvas substanciais que evidenciem a eficiente capacidade de impermeabilidade da totalidade da subcobertura.

3.4.4. Telhas Cerâmicas Capa Canal

Após retirada e lavagem manual com água, sabão e escova das telhas cerâmicas que poderão ser reaproveitadas, deverão ser colocadas as telhas cerâmicas existentes na água frontal da edificação, sendo observado cuidado na sua instalação para forma como estavam fixadas com fio de cobre junto às ripas.

Na parte posterior da edificação deverão ser colocadas telhas cerâmicas novas de mesmo modelo das existentes e com dimensões mais próximas possíveis das existentes, devendo as mesmas serem devidamente furadas e colocadas da mesma forma como estão as telhas existentes presas por fio de cobre nas ripas de madeira.

O fio de cobre para fixação das telhas poderá ser utilizado da fiação existente na edificação, devendo mesmo ser retirado com cuidado dos eletrodutos existentes e devidamente desencapado para seu uso na fixação das telhas junto ao madeiramento. Será admitido o uso de arame galvanizado no caso de os fios de cobre serem insuficientes e ou faltantes.

3.4.5. Cumeeira Cerâmica

A cumeeira deverá ser retirada e colocada nova, considerando baixo aproveitamento da mesma na retirada. A mesma deverá ser emboçada junto à telha superior, conforme detalhe apresentado no item 3.4.3 na Figura 2.

4. VIGA TÉRREO

4.1. Escoramento

Conforme indicado em projeto será necessária a substituição de viga de madeira (V9b) que sustenta a parede do pavimento térreo. Para a substituição da viga deverá ser feito escoramento com escoras metálicas compatíveis com a altura para sustentação do assoalho e da viga V6, que está apoiada na V9b.

4.2. Remoção da Parede

Após escoramento deverá ser removida a parede que está acima da referida viga, entretanto esta remoção deverá ser feita de forma cuidadosa e criteriosa com a devida marcação das pedras que compõe a mesma para posterior montagem.

4.3. Substituição da Viga de Madeira

Após a remoção da parede com a devida marcação das pedras, poderá ser feita a substituição da viga que está marcada em projeto como V9b. A viga deverá ser de madeira de lei, devidamente seca, beneficiada e serrada, com bitola mais próxima possível da viga existente no local e demarcada em projeto. Deverão ser previstos encaixes necessários para colocação da viga em substituição à existente.

4.4. Reconstrução da Parede

Para a reconstrução da parede, deverão ser montadas as pedras conforme sequência marcada, com assentamento das pedras em barro. O reboco deverá ser executado em argamassa de cal e areia com traço 1:4, conforme recomendação feita em laudo de argamassa, parte do Diagnóstico da Edificação. Ainda, conforme laudo deverá ser utilizada na argamassa cal virgem e areia com grãos redondos e granulometria similar a existente na argamassa no local.

5. TRATAMENTOS

5.1. Imunização das Madeiras Existentes Telhado

Como tratamento das madeiras existentes no telhado deverá ser aplicado cupinicida incolor em todas as faces das mesmas. Estando contemplado nesta fase de imunização todas as madeiras do sótão que compõem o telhado: tesouras, terças, apoio terças, caibros e linhas (parte visível do sótão).

5.2. Imunização das Madeiras Novas

As madeiras a serem utilizadas na substituição das peças existentes do telhado, bem como a madeira a ser utilizada na viga do térreo deverão , que se encontram comprometidas e foram indicadas em projeto, receberão tratamento de imunização com duas demãos de produto fungicida antes da colocação no local.

6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas serão executadas com nova entrada de energia e instalações elétricas internas em caráter provisório. Devem de igual forma atender normas e legislações vigentes atendendo especificações de projeto. As instalações existentes, entrada, cabos e eletrodutos, não devem ser reaproveitadas.

6.1. Entrada de Energia

O fornecimento de energia elétrica é do tipo C8, tensão 380/220V (trifásico – quatro condutores, três fases e neutro), seguindo indicações e exigências da norma GED13 da RGE. O ramal de ligação é aéreo em baixa tensão e ramal de entrada com cabos unipolares de 16 mm² de cobre, com isolamento em PVC 70°C (tipo BWF), para tensões de 450/750V e

atendendo as exigências da NBR 6148, e eletroduto de PVC de Ø 40mm (1½"), junto ao poste conectando ao quadro de medidor, conforme projeto em anexo.

O Quadro de Medição e Poste de Entrada de Energia deverão atender padrão exigido para ligação pela concessionária, contendo 01 disjuntor geral de 63A.

A Caixa de Proteção deve ser qualificada pela CPFL atendendo padrão III, com indicação do nº do consumidor na parte frontal, devendo o medidor ter livre acesso a qualquer tempo, considerando local indicado em projeto.

Deverá ser feito aterramento conforme padrão estabelecido pela concessionária considerando a ligação em padrão trifásica com carga instalada de até 75kW e demanda de até 35kVA.

6.2. Instalações Provisórias

A caixa a ser utilizada como centro de distribuição será existente de sobrepor na área externa, em caráter provisório. A mesma irá receber alimentação de 4 # 16mm² do poste/medidor mais terra 10mm², devendo ser previsto fechamento da mesma com cadeado e ou fechadura.

No centro de distribuição cada circuito receberá um disjuntor, e a situação do centro de distribuição será feita de acordo com o projeto.

Serão utilizadas eletrocalhas aparentes junto às paredes e vigas de madeira, com fixação sem danificar a estrutura existente. As conexões terão as mesmas características das eletrocalhas.

As instalações elétricas deverão ser executadas de modo a atender as necessidades do prédio, conforme os pontos e traçados preliminares do projeto elétrico apresentado e em conformidade com a ABNT, códigos municipais vigentes e regulamentos dos órgãos provedores locais.

Serão empregados condutores de cobre flexível, com seções indicadas no projeto, respeitando padrão de cores azul para neutro, vermelho para fase, verde para terra e preto para retorno.

Serão procedidos testes para verificação de todos os equipamentos de iluminação.

Os interruptores e as tomadas serão de sobrepor, conforme novo padrão da ABNT, respeitando altura de 1,10m.

A iluminação será feita com plafon simples com soquete mais lâmpada de LED 40W.

7. SERVIÇOS FINAIS

A obra deverá ser mantida limpa com remoção periódica de entulhos e limpeza permanente da obra.

7.1. Entulhos e Carga e Descarga entulhos

Os entulhos que serão gerados na obra deverão ser retirados por empresa legalmente habilitada com licença ambiental, podendo o Município solicitar o Plano de Resíduos a qualquer tempo. Deverá ser feita a seleção do tipo de resíduo previamente na obra, sendo madeira e resíduos de materiais de construção separados previamente, considerando que seu descarte será distinto.

7.2. Vistoria com presença do fiscal da obra

Será feita vistoria geral, por técnicos da contratante, para assinalar todos os retoques e arremates necessários, que deverão ser providenciados imediatamente.

Durante a execução da obra, periodicamente, a mesma será vistoriada, tendo em vista a inspeção e aprovação dos materiais a serem utilizados para a construção, na oportunidade será verificado o diário de obras e a presença do responsável técnico pela execução na obra.

Ivoti, 05 de janeiro de 2021.

Arq. Carolina Barlem Gemelli – CAU 33.767-6